

MÍDIA, EXPERTS E NEOLIBERALISMO: ECONOMISTAS E OUTRAS VOZES NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO¹

Media, experts and neoliberalism: economists and other voices in the Folha de São Paulo newspaper

Diego José Nogueira Fraga²

Resumo:

O artigo aborda o modo como o jornal Folha de S. Paulo, importante veículo da imprensa brasileira, concedeu espaços de vocalização para o desenvolvimento do debate público sobre o tema das políticas de proteção social, analisando o contexto das Reformas Trabalhista (2017) e da Previdência (2019). O artigo se insere na interseção entre três áreas de estudos: os debates sobre a mercadorização/desenraizamento das políticas sociais no contexto de hegemonia das ideias neoliberais; os estudos sobre mídia e economia; e os estudos sociológicos sobre os economistas. Metodologicamente optou-se por realizar análise de conteúdo, investigando os tipos de enquadramentos e vozes presentes no jornal por meio de abordagem quanti e quali, assim como os argumentos mobilizados para cada tipo de enquadramento. Apurou-se, entre outros resultados, que a grande maioria das vozes consultadas se manifestou favoravelmente às reformas, ainda que o desequilíbrio entre os posicionamentos tenha sido menor no caso da Reforma Trabalhista. Os economistas foram as vozes mais frequentes, com predominância de agentes de mercado nas matérias e artigos sobre a Reforma da Previdência, e de economistas acadêmicos na Reforma Trabalhista, onde também tiveram destaque profissionais do direito. Entre as vozes críticas a ambas as reformas, ainda que minoritárias, se destacaram intelectuais ligados a outros campos do saber e pessoas ligadas a sindicatos, movimentos sociais e ONGs.

Palavras-Chave: Jornalismo Econômico; Economistas; Reforma da Previdência; Reforma Trabalhista.

Abstract:

The article discusses the way in which the Folha de S. Paulo newspaper, an important vehicle in the Brazilian press, provided spaces for vocalization for the development of public debate on the theme of social protection policies, analyzing the context of the Labor Reform (2017) and Social Security Reforms (2019). The article is part of the intersection of three areas of study: debates on the re-commodification/disembeddedness of social policies in the context of the hegemony of neoliberal ideas; studies on media and economics; and sociological studies on economists. Methodologically, we chose to carry out content analysis, investigating the types of framing and voices present in the newspaper through a quanti and quali approach, as well as the arguments used for each type of framing. It was

¹ O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de doutorado que apoia a realização da pesquisa que deu origem a esse artigo.

² Sociólogo, mestre em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ), doutorando em Sociologia (UFRJ/CNPq) e membro do núcleo de pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA/UFRJ). E-mail: diegg_85@yahoo.com.br

found, among other results, that the vast majority of voices consulted manifested themselves in favor of the reforms, although the imbalance between the positions was smaller in the case of the Labor Reform. Economists were the most frequent voices, with a predominance of market agents in matters and articles on the Social Security Reform, and academic economists in the Labor Reform, where legal professionals also stood out. Among the voices critical of both reforms, although minority, stood out intellectuals linked to other fields of knowledge and people linked to unions, social movements and NGOs.

Keywords: Economic Journalism; Economists; Social Security Reform; Labor Reform.

I. Introdução

O presente artigo analisa as relações entre imprensa, ideologia e mercado no contexto de hegemonia neoliberal e da consequente reconfiguração do debate sobre a (re)mercantilização das políticas de proteção social no Brasil, considerando, em especial, o papel desempenhado pelos economistas em um importante veículo da imprensa brasileira nas conjunturas da Reforma Trabalhista de 2017 e da Reforma da Previdência de 2019.

O artigo apresenta uma discussão sobre o neoliberalismo enquanto ideologia, sua presença na imprensa e seu impacto nas políticas de proteção social brasileiras após a Constituição de 1988, enfatizando o aprofundamento da remercantilização dessas políticas com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, a “Ponte para o Futuro” e as consequentes reformas trabalhista e previdenciária.

Também são debatidos os papéis dos economistas e dos *experts* nesse contexto. Esses profissionais alcançaram papel de destaque nos debates intelectuais em todo o mundo, e conseguem transferir o capital simbólico que acumularam nas universidades e nos negócios para os campos da política e da mídia, onde se tornam intelectuais universais (MAESSE, 2015).

Os resultados da pesquisa aqui apresentados são referentes a documentos de mídia coletados no jornal Folha de São Paulo (FSP), que foi escolhido por ser um dos jornais de maior circulação do país (FOLHA DE

SÃO PAULO, 2021) e por não ser especializado em economia, o que atende a leitores com interesses diversificados³.

Buscou-se, através de análise de conteúdo, identificar e analisar quantitativa e qualitativamente os enquadramentos e as vozes presentes no jornal, assim como o seu inter-relacionamento, conferindo atenção especial aos economistas.

O artigo é composto de seis partes, incluindo essa introdução. A seção 2 discute o neoliberalismo enquanto ideologia, sua relação com a imprensa e os impactos da adoção de uma agenda política neoliberal para as políticas de proteção social no Brasil, considerando principalmente o contexto pós-golpe de 2016. A seção 3 introduz a discussão sobre o papel dos economistas enquanto *experts* e o que isso significa no contexto neoliberal. Na seção 4, são apresentados os aspectos metodológicos do trabalho e, na seção 5, os resultados da pesquisa, assim como uma discussão acerca desses resultados. A seção 6 traz as considerações finais do trabalho.

2. Ideologia e neoliberalismo

Para os fins deste trabalho, o conceito de ideologia é compreendido de acordo com o que propõe o filósofo marxista Antônio Gramsci. Esse autor define ideologia como *“uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva”* (GRAMSCI, 1978, p. 16). Seriam somente as ideologias orgânicas aquelas capazes de sedimentar uma unidade dialética entre a superestrutura e a estrutura, formando assim o que chamou de bloco histórico. As ideologias, nesse sentido, *“organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência da própria posição, lutam, etc.”* (GRAMSCI, 1999, p. 237).

Com relação às ideologias dominantes, pode-se dizer que

[...] uma ideologia não é necessariamente “falsa”: quanto a seu conteúdo positivo, ela pode ser “verdadeira”, muito precisa, pois o que realmente importa não é o conteúdo afirmado como tal, mas o modo como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva em seu

³ Ainda que recortes por classe, raça e gênero certamente influenciem no perfil desses leitores.

processo de enunciação. Estamos dentro do espaço ideológico propriamente dito no momento em que este conteúdo – “verdadeiro” ou “falso” (se verdadeiro, tanto melhor para o efeito ideológico) – é funcional com respeito a alguma relação de dominação social (“poder”, “exploração”) de maneira intrinsecamente não transparente: para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta (ZIZEK, 2007, p. 13–14, grifo do autor).

Nesse sentido, podemos caracterizar o chamado neoliberalismo como uma ideologia. Schmidt e Thatcher (2013) afirmam que o neoliberalismo compreende a crença em um determinado tipo de organização da economia capitalista que envolve mercados competitivos⁴ aprimorados pelo livre comércio global, pela fácil mobilidade de capital e pela limitação da ação do Estado que, por sua vez, recebe a missão de flexibilizar o mercado de trabalho e mercantilizar a oferta de bens públicos.

Mas é necessário reconhecer, entretanto, que existe uma discrepância entre o neoliberalismo enquanto ideologia e o neoliberalismo na prática. Como argumenta Peck (2013), em termos abstratos, por um lado, essa discrepância existe porque, do ponto de vista ideológico, a visão neoliberal se ancora no entendimento equivocado de que é possível de alguma forma "liberar" os mercados das suas amarras institucionais e sociais para desencaixar e purificar a vida social como uma projeção da racionalidade utilitarista. Por outro lado, em termos concretos, o projeto neoliberal de reestruturação institucional nunca se dá por completo, uma vez que, por conta de suas próprias consequências na vida social, resulta em contramovimentos, resistências, ajustes e reviravoltas. Além disso, é importante considerar que apesar da tendência globalizante da promoção dos padrões neoliberais, as condições institucionais locais são decisivas para moldar a natureza e o significado dessas mudanças, como mostram Fourcade-Gourinchas e Babb (2002).

Saad Filho e Moraes (2018), considerando o neoliberalismo como o sistema de acumulação dominante no capitalismo contemporâneo, ressaltam que esse sistema possui quatro características importantes:

A financeirização da produção, da ideologia e do Estado; a integração internacional da produção (“globalização”); um papel proeminente do capital externo na integração global da produção e na estabilização

⁴ Sobre mercados competitivos, Crouch (2011) demonstra como o funcionamento da economia capitalista realmente existente não corresponde ao modelo neoclássico puro.

do balanço de pagamentos; e uma combinação de políticas macroeconômicas baseada em políticas fiscais e monetárias contracionistas e em metas de inflação, na qual a manipulação das taxas de juros se torna a principal ferramenta de política econômica (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018, p. 97).

A hegemonia do conjunto de ideias neoliberais tem profundos impactos tanto políticos, econômicos e institucionais, como os que iremos discutir neste trabalho, quanto no campo das subjetividades, como apontado recentemente por Dardot e Laval (2016) quando falam de um sujeito neoliberal ou por Fisher (2020) quando fala sobre o realismo capitalista.

Baseado em diversos estudos sobre o neoliberalismo, Madariaga (2020) mostra que as ideias neoliberais tiveram a capacidade de arregimentar atores poderosos, de se sobreporem às ideias divergentes e de se cristalizarem dentro das instituições. As ideias, assim, seriam um dos três pilares de sustentação do neoliberalismo, sendo outros dois pilares os interesses, particularmente dos setores financeirizados do capital, e as instituições (nacionais e internacionais), que também atuam no sentido de constranger mudanças para políticas de outras orientações.

2.1. Imprensa e ideologia neoliberal

Sendo a atividade jornalística uma atividade intelectual (TRAQUINA, 2012), é possível afirmar que a imprensa no seu papel de informar também assume a responsabilidade de interpretar e dar sentido aos fatos que acontecem nas diversas esferas da vida social (GUILBERT, 2020). No nosso caso, analisaremos aquela parte da atividade jornalística especializada na cobertura dos fenômenos entendidos como econômicos.

Pedroso Neto (2015) afirmou que a literatura brasileira das ciências sociais está muito aquém da internacional no que tange à produção de análises sobre mídia e economia. Internacionalmente, entre os trabalhos mais recentes, por exemplo, podemos destacar os de Phelan (2007) sobre as representações midiáticas da economia política neoliberal; de Chakravartty e Schiller (2010) sobre a transformação do jornalismo econômico em jornalismo financeiro e de negócios; os de Basu (2019) e Harjuniemi (2019a, 2019b) sobre o enquadramento midiático e discursivo das políticas de austeridade no Reino Unido; e o de Guilbert (2020) sobre as

evidências do discurso neoliberal na mídia, particularmente, no caso francês.

Entre a produção sociológica sobre mídia e economia no Brasil, estudos sobre os jornalistas econômicos (PEDROSO NETO, 2015; PEDROSO NETO; UNDURRAGA, 2018), a produção de notícias no jornalismo econômico (UNDURRAGA, 2017, 2018), fontes e vozes (DE SOUZA; PEDROSO NETO, 2019; PEDROSO NETO; NASCIMENTO, 2020) e imprensa e hegemonia neoliberal (FONSECA, 2005) são bastante representativos. Trabalhos acadêmicos de jornalistas, como os de Lene (2013) e Puliti (2013), também figuram como de grande relevância.

Assim, condizente com o conceito de ideologia que estamos adotando para este trabalho, consideraremos a mídia como

[...] o complexo de meios de comunicação que envolve mensagem e recepção, por formas diversas, cuja manipulação dos elementos simbólicos é sua característica central (Eagleton, 1991) – representa uma forma de poder que, nas sociedades “de massa”, possui papéis extremamente significativos, tais como: influir na formação das agendas públicas e governamentais; intermediar relações sociais entre grupos distintos (Capelato, 1988); influenciar a opinião de inúmeras pessoas sobre temas específicos; participar das contendas políticas, em sentido lato (defesa ou veto de uma causa, por exemplo) e estrito (apoio a governos, partidos ou candidatos); e atuar como “aparelhos ideológicos” capazes de organizar interesses. Quanto a esses, em determinadas circunstâncias atuam à guisa de “partidos políticos” ou “intelectuais coletivos e orgânicos” de grupos específicos (Coutinho, 1994). Esses papéis são ocultados sob o lema do “dever da informação”, que seria “neutra”, “independente”, “apartidária” e “a-ideológica”, características invariavelmente alegadas pelos órgãos da mídia ao retratar, de forma cabotina, sua atuação (FONSECA, 2011, p. 41-42).

2.2 Neoliberalismo e a proteção social no Brasil

A promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) abriu possibilidades para o Brasil construir um sistema de proteção social que pudesse dar origem a um Estado de Bem-Estar Social e, por consequência, a uma sociedade menos desigual. De fato, as prerrogativas sobre a ordem social na CF/88 reconhecem o dever do Estado na garantia de um padrão de vida mínimo para todos os cidadãos e a provisão estatal universal de bens e serviços públicos essenciais, tais como saúde, assistência e previdência.

No entanto, desde que entrou em vigor, a CF/88 foi criticada em seus capítulos sociais. Considerando o fato contraditório de que sua promulgação

ocorreu no contexto de avanço das ideias e políticas neoliberais (anos 1980) no plano internacional⁵, os direitos universais e as políticas de provisão pública foram vistos por muitos críticos como sendo caros e cujos altos custos ameaçavam a estabilidade fiscal e monetária (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018).

Os debates e disputas políticas em torno do padrão institucional de promoção da proteção social no Brasil têm se centrado, grosso modo, em propostas que enxergam que a efetividade da política social será alcançada graças à sua universalização e “desmercantilização” – visão essa que mobilizou movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos no período da transição democrática pós-ditadura militar e que conferiu a orientação socialdemocrata da CF/88 (RODRIGUES; SANTOS, 2017) – contra as propostas que consideram que a focalização das políticas e sua remercantilização seriam mais efetivas.

O conceito de “desmercantilização” das políticas de proteção social foi desenvolvido por Esping-Andersen (1991) para analisar os diferentes tipos de Estado de Bem-Estar Social e guarda relação com a ideia de “enraizamento” de Karl Polanyi (2021). Se utilizando de vasta pesquisa histórica e antropológica, Polanyi sustentou que a economia humana está enraizada em relações sociais, contradizendo, dessa maneira, os defensores da ideia de que o mercado seria autorregulado, de modo que a economia de mercado seria regida por leis próprias e que qualquer tipo de intervenção política nesse sistema contribuiria para minar seu suposto equilíbrio natural.

Em que pese a vitória da visão “desmercantilizadora” / “re-enraizadora” quando da promulgação da CF/88, sua implementação não se deu por completo e as políticas que visam a “remercantilização”/desenraizamento⁶ ganharam espaço, embora variando de intensidade de acordo com os diferentes governos. Contudo, é possível afirmar que desde o *impeachment* sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016, esse processo de remercantilização ganhou fôlego considerável e

⁵ Contradição analisada por Rodrigues e Santos (2017).

⁶ Monteiro e Lima (2021) trazem uma ampla contribuição sobre a relevância e os debates sobre os conceitos de “enraizamento”, “desenraizamento” e “duplo movimento” na abordagem polanyiana e em seus desdobramentos.

seus efeitos se fazem sentir, por exemplo, na saúde (NORONHA et al., 2018), na assistência social (JACCOUD et. al., 2017) e na previdência social (LAVINAS; CORDILHA, 2019).

Apesar de terem perdido espaço no debate público das economias centrais do capitalismo no período pós-guerra com a ascensão dos Estados de Bem Estar Social e da hegemonia do keynesianismo, e também em países da periferia, como o Brasil, com a hegemonia das políticas desenvolvimentistas, a partir da década de 1980, no contexto dos choques do petróleo e das crises de sustentação das políticas econômicas intervencionistas, ganharam novamente espaço as ideias e as políticas de liberalização da economia.

As ideias neoliberais se tornaram hegemônicas na política econômica brasileira nos anos 1990 e início dos anos 2000, até que tiveram que dividir espaço com políticas de cunho desenvolvimentista, principalmente entre o segundo mandato do Presidente Lula (2007 – 2010) até o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, em 2015. Assim, ainda que não houvesse rompimento com o chamado tripé macroeconômico neoliberal (câmbio flutuante, metas fiscais e metas de inflação), os proponentes do novo-desenvolvimentismo sugeriam que as políticas econômicas governamentais deveriam apoiar fortemente a interação entre o Estado e o setor privado com vistas à distribuição de renda e maior crescimento econômico. Políticas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a expansão do crédito através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) são alguns exemplos da influência novo-desenvolvimentista (SAAD-FILHO; MORAIS, 2018).

A partir de 2015, uma profunda crise econômica e política modificou a rota da política econômica, e a opção adotada foi aplicar um duro ajuste fiscal, no contexto de um processo que culminou com o *impeachment* e o início da gestão de Michel Temer.

Nesse contexto, ainda enquanto vice-presidente, Michel Temer apresentou o programa “Uma Ponte para o Futuro” no qual, a partir de um diagnóstico de que um ajuste fiscal seria insuficiente para resolver a crise econômica, sugeria que direitos sociais alcançados com a redemocratização

não poderiam mais ser comportados no orçamento público sem que a crise se agravasse. Esse programa não considerou a possibilidade de elevação de impostos e nem que a crise pudesse ser amenizada via crescimento econômico. Ao contrário, o programa preconizava a superação da crise por meio da flexibilização de leis trabalhistas, o fim da obrigatoriedade de gastos com saúde e educação e a desindexação de benefícios previdenciários ao salário mínimo (CARVALHO, 2018).

De fato, a partir do governo de Michel Temer (2016 - 2018) a agenda econômica neoliberal voltou a ser aplicada de forma mais contundente. Com o total de dois anos e meio à frente do executivo nacional, o governo Temer conseguiu aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do teto de gastos públicos, que congelou por vinte anos os gastos primários do orçamento executado em 2016, corrigidos apenas pela inflação (incluindo investimentos); a Reforma das Leis Trabalhistas de 2017, através da Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017, que liberalizou amplamente o mercado de trabalho; e por muito pouco não aprovou uma reforma da previdência, que só não conseguiu ir adiante graças a escândalos de corrupção que tomaram conta dos noticiários e que diminuíram ainda mais a já baixa popularidade do então presidente.

Entretanto, já no Governo de Jair Messias Bolsonaro (2019 – atual) foi encaminhado outro projeto de reforma previdenciária através da PEC 06/2019 e que foi aprovada em outubro do mesmo ano. É sobre a Reforma Trabalhista de 2017 e a Reforma da Previdência de 2019 que esse trabalho se concentrará, considerando-os como políticas de remercantilização do padrão institucional da proteção social, visando a desregulamentação do mercado de trabalho e o enfraquecimento dos sindicatos no primeiro caso, e o retraimento da previdência pública, em favor da previdência privada no segundo.

3. Economistas e experts

Tanto na Reforma Trabalhista de 2017 quanto na Reforma da Previdência de 2019 a imprensa brasileira se colocou como um ator importante para o debate público. Evidentemente se consultarmos diferentes

canais da imprensa, o tipo de argumento favorável ou contrário a essas reformas será diferente. Muito provavelmente o jornalismo sindical escutará prioritariamente vozes favoráveis aos interesses dos trabalhadores.

Questões como a alta concentração da mídia brasileira (MARINONI, 2015) e as dinâmicas internas ao campo jornalístico de economia (UNDURRAGA, 2018) são elementos importantes, mas o que enfocaremos nesse trabalho são as vozes consultadas e os enquadramentos realizados por essas vozes para ambas as reformas. A grande maioria das vozes presentes no material analisado é de economistas, acadêmicos ou não. A centralidade dos economistas no debate público não é um objeto novo para as ciências sociais e os estudos de Loureiro (1992, 2006), Fourcade et al., (2015), Heredia (2015), Klüger (2016) e Ribeiro (2018) confirmam esse fato.

Ao longo do século XX, a demanda por *experts* dentro das burocracias estatais aumentou consideravelmente em todo o mundo (HAAS, 1992). No caso brasileiro e, particularmente, para a gestão de políticas econômicas, a construção dos economistas profissionais enquanto *experts* se deu a partir de meados da década de 1960 com a ampliação dos cursos de economia e expansão da pós-graduação. Até então, esses quadros para a gestão econômica eram formados dentro de organismos do próprio governo, agências internacionais ou centros de pesquisa econômica aplicada, numa perspectiva de formação mais prática do que teórica (LOUREIRO, 1992).

Fourcade et al., (2015) vão se referir à “superioridade dos economistas” para discutir o lugar de destaque ocupado por esse grupo de intelectuais, cuja disciplina é caracterizada:

[...] por reivindicações científicas de longo alcance vinculadas ao uso de métodos formais; a gestão rigorosa da disciplina de cima para baixo; alta demanda do mercado por serviços, especialmente de partes poderosas e ricas; e alta compensação. Essa posição de superioridade social também gera autoconfiança, permitindo que a disciplina retenha sua relativa insularidade epistemológica ao longo do tempo e alimentando uma inclinação natural para um senso de direito. Embora a expansão imperialista da economia em aspectos das ciências sociais que estavam tradicionalmente fora do cânone econômico tenha estimulado algum envolvimento com estudos não econômicos, o padrão de troca permanece profundamente assimétrico, causando ressentimento e hostilidade em troca. E, embora a posição única dos economistas lhes dê um poder incomum para realizar mudanças no mundo, também os expõe mais a conflitos de interesses, críticas e zombarias quando as coisas dão errado (FOURCADE et al., 2015, p. 91).

Porém, se do ponto de vista disciplinar existe uma relativa insularidade epistemológica da economia, Maesse (2015) demonstra que a constituição discursiva dos especialistas econômicos é produto de um campo transepistêmico entre academia, política, negócios e mídia. Cada um desses mundos sociais, segundo Maesse (2015), possui seus próprios capitais simbólicos que podem ser convertidos pelos especialistas econômicos na passagem de um mundo ao outro. Ou seja, na passagem do mundo acadêmico para o da mídia, por exemplo, os especialistas conseguem converter e carregar o capital simbólico acumulado no primeiro mundo para o segundo.

Nesses diferentes mundos, os *experts* em economia se comunicam com três grupos sociais diferentes ao mesmo tempo: (1) enquanto “intelectuais universais”, os economistas utilizam a retórica do senso comum, que alude ao conhecimento geral e à “moral pública” das pessoas; (2) ao mesmo tempo podem ter atuação no mundo acadêmico onde os *experts* avaliam criticamente o significado acadêmico do que dizem; e (3) atuam no campo político, onde se conectam aos debates ideológicos e políticos e onde seus discursos se colocam ao lado do governo, oposição, grupos de interesse e outros atores políticos (MAESSE, 2015).

Fourcade et al., (2015) trazem o mesmo argumento sobre a comunicação dos economistas na esferas pública, acadêmica e política e acrescentam que, ao contrário de outros especialistas que atuam nos seus campos próprios de atuação, os economistas atuam com sua expertise em praticamente todas as questões relevantes para as políticas públicas. É nesse sentido que Maesse (2015), falando especificamente dos economistas na mídia, vai caracterizá-los como “intelectuais universais”. Na mídia eles parecem se sentir competentes para tomar posição sobre quase qualquer aspecto da vida social e, tendo em vista uma economia globalizada e sob hegemonia neoliberal, isso significa que as categorias econômicas passam a ser as chaves para percepção geral da sociedade sobre as realidades social, política e empresarial.

Em artigo sobre a formação dos economistas, Lebaron (2012) argumenta sobre a tendência de formação de um mercado de *expertise* econômica. Nesse mercado, estudos econômicos dos bancos e das instituições financeiras são completados por aqueles desenvolvidos pelos chamados *think tanks* que, sustentados por fundações, organizações profissionais ou grandes empresas, ilustram como a ciência econômica se torna, de fato, política, principalmente por conta de uma forte interpenetração com o jornalismo econômico e pela defesa de reformas liberalizantes da ação pública. A ciência econômica acadêmica ocupa apenas uma pequena parte desse mercado.

4. Aspectos metodológicos

A unidade de análise considerada no estudo são os enquadramentos sobre as reformas (e/ou sobre os objetos das reformas) elaborados pelas vozes presentes no material coletado, com atenção especial aos economistas. Entman (1993) define os enquadramentos como seleções de aspectos da realidade percebida de modo a torná-los mais salientes em um texto comunicativo. Operando de acordo com Porto (2004), enfocaremos os chamados enquadramentos interpretativos, que são padrões de interpretação sobre temas e/ou eventos promovidos por atores sociais diversos, incluindo partidos políticos, governantes, movimentos sociais, sindicatos etc., e que possuem uma independência relativa dos jornalistas, ainda que o trabalho dos *gatekeepers* (SHOEMAKER et al., 2009) continue sendo relevante.

Sobre as vozes presentes nos textos estudados, podemos considerá-las como os atores sociais que vão compor a construção dos textos jornalísticos e que subsidiam a construção das narrativas sobre uma determinada temática através de suas falas, raciocínios, avaliações, opiniões, dados etc. (DE SOUZA; PEDROSO NETO, 2019; PEDROSO NETO; ROCHA DO NASCIMENTO, 2020).

A identificação dos enquadramentos e dos tipos de vozes se ancorou metodologicamente na Análise de Conteúdo, considerando-a como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos da descrição do conteúdo

das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/reprodução (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2000, p. 42).

Procedimentalmente, o material foi coletado no site do jornal FSP através da sua ferramenta de busca, utilizando-se o termo “reforma trabalhista” com a delimitação de tempo para todo o ano de 2017 e o termo “reforma da previdência” com delimitação temporal para todas as publicações de 2019. Em termos dos gêneros jornalísticos analisados, nossa atenção se centrou principalmente no jornalismo de opinião que, de acordo com Melo (1994), envolve editorial, comentários, artigos, resenhas, colunas e crônicas; e no material informativo, desde que haja a opinião de especialistas, intelectuais ou de membros de grupos de interesse, como sindicatos, movimentos sociais e empresários. Outro critério que foi levado em conta foi o fato de o material ter sido publicado também na versão impressa do jornal.

Foram coletadas ao todo 346 matérias e artigos que atenderam aos critérios propostos, sendo 114 referentes à Reforma Trabalhista e 232 à Reforma da Previdência. A análise do material foi realizada com o auxílio do software NVivo (versão release 1.3). Os enquadramentos foram categorizados e codificados⁷ em duas etapas. A primeira categorização foi referente ao posicionamento quanto às reformas, ou seja, se a favor, contrário ou neutro. A segunda etapa buscou qualificar esses posicionamentos buscando os argumentos que os justificaram. Dos padrões encontrados de posicionamentos e argumentações se estabeleceu os enquadramentos específicos. Foram excluídos da análise enquadramentos ligados aos trâmites políticos-institucionais das reformas.

Importante salientar que uma matéria ou artigo pode contar um ou mais enquadramentos e que, em algumas ocasiões, eles podem até mesmo ser opostos, como em matérias que buscam diferentes especialistas para opinar sobre determinado assunto. Por conta disso, inclusive, a quantidade

⁷ O procedimento de codificação foi realizado através de técnica indutiva, a partir das categorias discursivas presentes no material analisado.

do material coletado sobre as duas reformas é menor do que o total de enquadramentos.

As vozes identificadas⁸ foram classificadas em sete categorias principais de acordo com as informações fornecidas pelo próprio jornal: economistas; outros especialistas e intelectuais⁹; empresários e associações empresariais; jornalistas (colunistas); juristas e advogados; sindicatos, movimentos sociais e ONGs; e outros¹⁰. Entre os economistas também foi feita uma classificação entre economistas acadêmicos (universidades e institutos de pesquisa) e agentes do mercado. Foram excluídas vozes de membros do governo, políticos e atores com filiação a partidos políticos identificadas no material analisado, de modo a excluir aqueles cuja identidade ideológica e/ou apoio/oposição ao governo e às reformas seja identificada pelo leitor do jornal de antemão.

Com a codificação dos enquadramentos e das vozes foi possível estabelecer uma melhor compreensão sobre quais foram os posicionamentos e argumentos sobre as reformas trabalhista e da previdência, e que tipos de atores sociais foram escutados no jornal FSP. Além disso, também foi realizado um cruzamento dos dados sobre enquadramentos e vozes, o que permitiu analisar como os diferentes tipos de atores sociais se manifestaram e estabelecer uma análise comparativa que auxiliou o entendimento do lugar dos economistas, foco principal do trabalho.

5. Vozes e enquadramentos: panorama geral

Na Tabela 1 é possível observar as vozes classificadas por tipos. Os economistas foram as vozes mais presentes no material analisado para as duas reformas (21,3% e 31,7%, respectivamente), ainda que no caso da reforma trabalhista os economistas acadêmicos tenham aparecido relativamente em maior quantidade (65,5%) do que na reforma da previdência, onde predominaram os agentes do mercado (68,5%). Outra diferença marcante é a maior presença relativa tanto de juristas e advogados (21,3%) quanto de vozes pertencentes aos sindicatos, movimentos sociais e

⁸ A lista das vozes pode ser consultada no Anexo I ao final do texto.

⁹ Inclui sociólogos, filósofos, historiadores, psicólogos etc.

¹⁰ Inclui religiosos, organismos internacionais, especialistas sem identificação específica etc.

ONGs (12,5%) no contexto da reforma trabalhista, em comparação com a reforma da previdência. Esses números distintos sinalizam algumas diferenças nos enquadramentos que veremos mais adiante.

TABELA 1 – TIPOS DE VOZES

	Reforma Trabalhista (N = 136)	Reforma da Previdência (N = 281)
Economistas	21,3%	31,7%
<i>Agentes do mercado</i>	34,5%	68,5%
<i>Economistas acad. e Inst. Pesq.</i>	65,5%	31,5%
Empresários e Associações Empresariais	11,0%	10,0%
Jornalistas (colunistas)	2,9%	2,1%
Juristas e Adv.	21,3%	9,6%
Outros	3,7%	0,7%
Outros Especialistas e Intelectuais	5,9%	8,5%
Sindicatos, Movimentos Sociais e ONGs	12,5%	5,7%

Fonte: elaboração própria.

Quanto aos enquadramentos, chegou-se a 142 para a Reforma Trabalhista, entre os quais 51,4% eram favoráveis à reforma. No caso da Reforma da Previdência esse número de enquadramentos favoráveis foi maior e representou 74,7%. As evidências críticas (38,0% e 18,6%, respectivamente) não necessariamente são enquadramentos de pessoas que são contrárias às reformas, mas que no texto apresentam algum tipo de crítica aos projetos. Os casos de neutralidade são minoritários na cobertura das duas reformas e se referem de modo geral a explicitar suas motivações e impactos diversos, mas sem tomada de posição¹¹.

TABELA 2 - ENQUADRAMENTOS

	Reforma Trabalhista (N = 142)	Reforma da Previdência (N = 285)
Favoráveis	51,4%	74,7%
Críticos	38,0%	18,9%
Neutralidade	10,6%	6,3%

Fonte: elaboração própria.

Para as duas reformas, a ampla maioria dos economistas usou enquadramentos favoráveis, sendo que no caso da Reforma Trabalhista foram 88,4% dos enquadramentos, enquanto que na Reforma da Previdência, 94,6%. Proporção parecida foi encontrada entre os empresários

¹¹ E por isso não serão abordados nessa análise.

e associações profissionais, com 80,0% e 97,6% respectivamente. Outro dado importante é que na Reforma da Previdência, entre juristas e advogados, 65,2% dos enquadramentos eram críticos, enquanto que na Reforma Trabalhista esse número representou apenas 28,3%. Como esperado, entre representantes sindicais e dos movimentos sociais, o uso de enquadramentos críticos foi amplamente majoritário nas duas reformas (100,0% e 95,2% respectivamente).

Quando analisamos as vozes na Tabela 1, vimos que, à exceção dos grupos de interesse como os sindicatos e os empresários, as vozes de especialistas que possuem maior presença são daqueles que possuem atualmente a maior capacidade de socializar percepções acerca da proteção social ao trabalhador, da previdência e das reformas que estavam sendo propostas, ou seja, dos economistas. O outro lado da moeda nesse sentido é a baixa presença de outros intelectuais na discussão. Evidentemente, essas questões têm uma dimensão econômica fundamental e necessariamente devem ser contempladas no debate público, mas outras dimensões poderiam ter recebido igual atenção, como a dimensão social¹².

Outro fator importante entre os economistas foi o apoio quase unânime às duas reformas. Veremos adiante os enquadramentos mais específicos, baseados nos argumentos para cada um deles. Mas em linhas gerais e, em consonância com a literatura sobre economistas e a história econômica brasileira, os paradigmas dominantes dentro do pensamento econômico desde os anos 1990 estão ligados ao neoliberalismo (em detrimento do predomínio desenvolvimentista anterior) (NEIBURG, 2004).

Além disso, chama atenção que a proporção entre economistas acadêmicos e agentes do mercado se inverte quando comparamos as duas reformas. Cabe lembrar que a previdência tem sido um campo que tem despertado forte interesse do setor financeiro, o que faz dos agentes de mercado atores centrais no debate. De fato,

¹² Embora seja importante pontuar que, no caso da Reforma Trabalhista, a presença de vozes de advogados e juristas tenha sido também bastante significativa, o que se deve, provavelmente, ao fato da reforma limitar a atuação dos magistrados, coibindo sua competência e estimulando negociações coletivas (GALVÃO; TEIXEIRA, 2018).

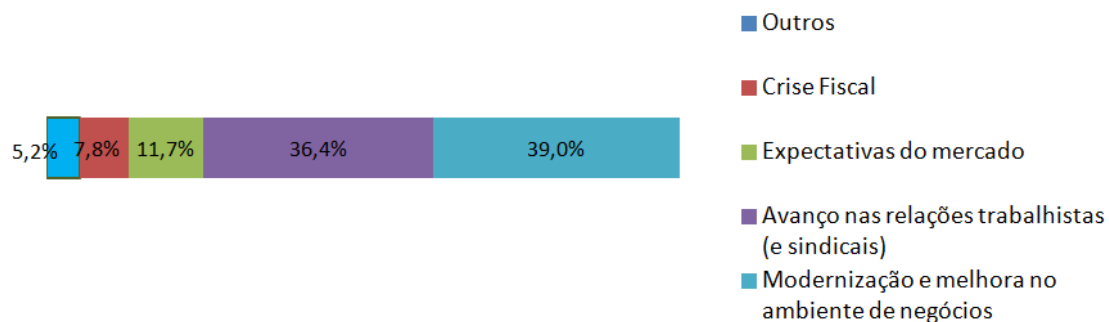
O setor financeiro tem buscado sistematicamente conquistar novos espaços de revalorização e encontrou nos serviços tradicionalmente providos pelo Estado, como saúde, educação e previdência social, um nicho para se expandir (Lavinias; Araújo; Bruno, 2017). Isso é feito com forte colaboração do Estado quando este reduz ou deteriora sua oferta pública de forma que desestimula a demanda da sociedade e a induz a buscar no mercado aquilo que deveria ser direito (LAVINAS; GENTIL, 2018, p. 197).

5.1 Vozes e enquadramentos específicos

Tratando dos enquadramentos mais específicos – que aprofundam as razões pelos quais os atores se basearam para se posicionarem contrários ou favoráveis às reformas – as categorizações foram feitas de maneira indutiva, observando as características apontadas por Bardin (2000) de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e produtividade.

Desse modo, entre os enquadramentos favoráveis à Reforma Trabalhista, tivemos a seguinte distribuição:

GRÁFICO 1 - ENQUADRAMENTOS FAVORÁVEIS: REFORMA TRABALHISTA (N = 77)



Fonte: elaboração própria.

O enquadramento específico mais frequente entre aqueles favoráveis à Reforma Trabalhista (39,0%) é aquele que argumentou que a reforma significaria uma modernização e melhora no ambiente de negócios brasileiro. Nesse tipo de enquadramento, as leis vigentes até então seriam “arcaicas” e a reforma promoveria no ambiente de negócios mais “eficiência”, “evolução”, “crescimento” e “simplificação”. Aqui as propostas de ampliação da terceirização para atividades fim e novas formas de relação de trabalho, como o contrato intermitente, são tomadas como sinais de modernização.

O segundo tipo de enquadramento específico que mais apareceu foi aquele que argumentava que a reforma traria um avanço nas relações

trabalhistas, com 36,4%. Embora o argumento possa guardar relações com o enquadramento anterior, neste caso se falou especificamente nas relações trabalhistas, principalmente em dois quesitos: (1) promoção de maior segurança jurídica para contratação e diminuição da influência da justiça do trabalho nas relações trabalhistas, principalmente através da prevalência do negociado entre capital e trabalho sobre o legislado; e (2) da promoção de um sindicalismo mais eficiente através, principalmente, do fim do imposto sindical, o que, segundo esse enquadramento, faria com que os trabalhadores só contribuíssem para os sindicatos que melhor lhes representassem, fazendo desaparecer sindicatos ineficientes.

As expectativas do mercado (11,7%) foram o terceiro maior enquadramento favorável à Reforma Trabalhista. Aqui, a maioria dos casos está relacionada às mudanças de “apetite” dos investidores estrangeiros em investir no Brasil de acordo com os prognósticos de aprovação da reforma. Também aparecem aqui as avaliações feitas por empresas de *rating*, assim como o acompanhamento da variação dos indicadores da bolsa de valores quanto à aprovação ou não da reforma, o chamado “humor dos mercados”.

Nos dois últimos casos, “Crise Fiscal” (7,8%) e “Outros” (5,2%), a Reforma Trabalhista foi enquadrada respectivamente na necessidade de sanear as contas públicas e, assim, inseri-la no contexto da necessidade de uma série de outras reformas, como a da previdência; e na necessidade da reforma para cortar privilégios e comportamentos oportunistas, e para equilibrar uma suposta situação na qual a sociedade deveria escolher entre ter empregos ou ter direitos.

Na relação entre as vozes e os enquadramentos, o mais significativo foi que entre os economistas, quase a metade (41,5%) enquadrou a Reforma Trabalhista como uma possibilidade de avanço nas relações trabalhistas (embora 80% dos agentes de mercado tenham enquadrado nas “Expectativas do mercado”, o que equivale a 22,0% entre os economistas). O outro enquadramento importante entre os economistas foi a “Modernização do ambiente de negócios” (26,8%), que foi o mais presente entre empresários e associações empresariais, com 64,7%. Entre os advogados e juristas, o

avanço das relações de trabalho foi o mais presente (50,0%), com atenção especial para a questão da segurança jurídica.

Os enquadramentos críticos à Reforma Trabalhista se dividiram da seguinte forma:

GRÁFICO 2 - ENQUADRAMENTOS CRÍTICOS: REFORMA TRABALHISTA (N = 54)



Fonte: elaboração própria.

Ao todo, 64,8% dos enquadramentos críticos à Reforma Trabalhista remeteram à perda de direitos e à promoção de desigualdades e injustiças que estariam sendo postos em curso desde o golpe que retirou a então presidenta Dilma do poder e cujo primeiro grande marco foi a Emenda Constitucional 95/2016, que instituiu o chamado Teto de Gastos.

A defesa da atividade sindical foi o segundo enquadramento mais presente com 24,1%. Basta dizer que a reforma propôs, dentre outras coisas, a extinção do imposto sindical, o que para muitos seria a decretação do fim da organização sindical brasileira no formato existente e uma retração da atividade sindical. Em alguns casos, se defendeu que seria necessário ao menos conceder algum tempo para adaptação para os sindicatos e centrais sindicais.

Em 11,1% dos casos, a reforma trabalhista ou as relações trabalhistas foram contextualizadas no cenário mais amplo da estrutura social, política e econômica, chamando atenção para as históricas diferenças sociais, raciais e de gênero que permeiam a sociedade brasileira. No fundo, a reforma, vista como um retrocesso, seria um fruto dessa estrutura profundamente desigual.

No material analisado, poucos foram os economistas que foram críticos à Reforma Trabalhista, totalizando apenas 6,7% do total das vozes. Como destaques aparecem os membros de sindicatos, movimentos sociais e ONGs que se dividiram entre enquadrar a reforma como uma perda de

direitos (51,7%) e a defesa da atividade sindical (48,3%). O enquadramento relacionado à estrutura social, política e econômica do país foi abordado principalmente por jornalistas colunistas e por outros especialistas e intelectuais, correspondendo a 33,3 % e 30% e dos enquadramentos desses grupos, respectivamente. Juristas e advogados que deram enquadramentos críticos a essa reforma basicamente se concentraram no aspecto da perda de direitos dos trabalhadores (92,3%), trazendo aspectos jurídicos da questão.

Ao analisarmos as nuvens de palavras para cada caso, produzido com os cem vocábulos mais frequentes nos enquadramentos favoráveis e críticos sobre a Reforma Trabalhista, é visível que entre os favoráveis é considerável a presença de termos como “empresas”, “economia” e “mercado”, enquanto que entre os críticos a palavra “direitos” aparece como diferencial importante. Isso evidencia que, de um lado, o mercado foi o eixo central da argumentação, enquanto, de outro, os direitos cumpriram esse papel. A forte referência aos sindicatos nos dois casos revela o quanto esse foi um tema central nos debates sobre as reformas.

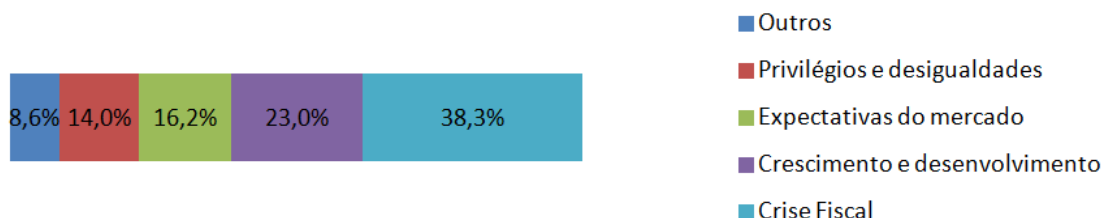
FIGURA 1. NUUVENS DE PALAVRAS QUE REPRESENTAM OS CEM VOCÁBULOS MAIS FREQUENTES ENTRE OS ENQUADRAMENTOS FAVORÁVEIS E CRÍTICOS À REFORMA TRABALHISTA NO ANO DE 2017



Fonte: elaboração própria.

No caso da Reforma da Previdência, os enquadramentos favoráveis se dividiram como mostra o Gráfico 3:

GRÁFICO 3 - ENQUADRAMENTOS FAVORÁVEIS: REFORMA DA PREVIDÊNCIA (N = 222)



Fonte: elaboração própria.

O tipo de enquadramento mais presente entre os favoráveis à Reforma da Previdência foi aquele que colocou a reforma no seio das discussões sobre a crise fiscal do Estado brasileiro (38,3%). Nesse enquadramento, o Estado passa por uma séria crise fiscal, fruto de anos de gastos públicos superiores à arrecadação e que, por isso, fazer uma reforma da previdência social significaria garantir a sustentabilidade da previdência pública, assim como garantir investimentos em outras áreas como saneamento, saúde e educação.

O segundo lugar, com 23,0% do total de enquadramentos favoráveis, dizia que somente com uma profunda reforma na previdência seria possível fazer com que o país tivesse crescimento econômico e/ou desenvolvimento¹³. Aqui as ideias básicas que caracterizam o enquadramento são as de “modernização”, “estabilização”, “dinamização”, “retomada do crescimento”, “retomada do emprego” e “aumento da competitividade e produtividade” do país e de suas empresas.

As expectativas do mercado figuraram como o terceiro enquadramento que mais apareceu (16,2%) e, assim como no caso da Reforma Trabalhista, os argumentos giraram em torno dos interesses dos investidores estrangeiros, das avaliações das empresas de *rating* e da variação dos indicadores na bolsa de valores.

O combate aos privilégios e desigualdades gerados pelo sistema de previdência social corrente até então foi o 4º enquadramento mais presente,

¹³ Os conceitos de “crescimento” e “desenvolvimento” somente algumas vezes apareceram juntos.

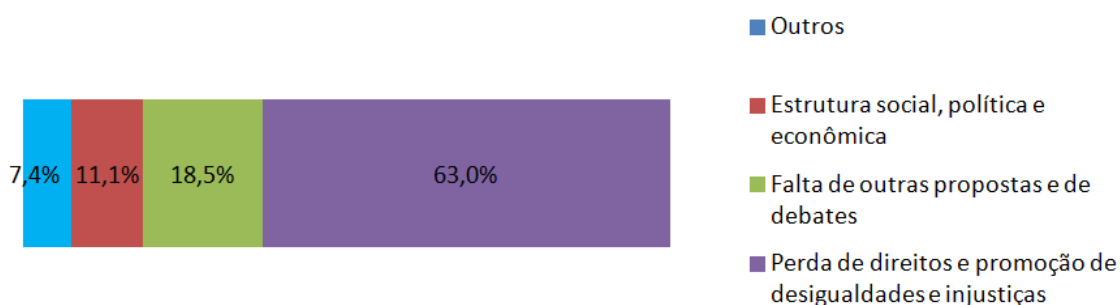
com 14,0%. Argumentos contra o que consideraram ser um corporativismo do funcionalismo público deram a tônica desse enquadramento.

A categoria “Outros”, que somou 8,6%, aglutinou enquadramentos que entendiam que a reforma seria necessária pelas seguintes razões: (1) mudanças no mundo do trabalho; (2) transição demográfica; (3) promoveria melhorias na governança no sistema de previdência pública; (4) ampliaria direitos ao invés de retirá-los; e (5) diminuiria custos para o empresariado.

Os enquadramentos favoráveis à Reforma da Previdência realizados por economistas (59,3% do total desses enquadramentos) se dividiram basicamente entre a questão da crise fiscal (31,5%), expectativas do mercado (29,5%) e a aprovação da reforma como motor de crescimento e desenvolvimento econômico (24,0%). No caso dos empresários e associações empresariais, segundo tipo de voz com maior presença nesse grupo de enquadramentos (16,3% do total de enquadramentos), também se dividiu praticamente entre esses três tipos de enquadramentos, mas com distribuição diferente entre eles (27,5%, 12,5% e 42,5%, respectivamente), demonstrando um alinhamento sobre a avaliação da questão previdenciária entre empresários e economistas no jornal Folha de São Paulo. Os enquadramentos elaborados pelas outras vozes não ultrapassaram 10% do total.

O Gráfico 4 em seguida mostra a distribuição dos enquadramentos críticos sobre a Reforma da Previdência.

GRÁFICO 4 - ENQUADRAMENTOS CRÍTICOS: REFORMA DA PREVIDÊNCIA (N = 54)



Fonte: elaboração própria.

No caso dos enquadramentos críticos à Reforma da Previdência, mais da metade (63,0%) se caracterizaram por colocar a questão da perda de direitos dos trabalhadores e a conseqüente promoção de desigualdades e injustiças sociais. O padrão dos argumentos é semelhante ao mesmo enquadramento crítico para o caso da Reforma Trabalhista e coloca essa reforma no contexto dos constantes retrocessos nos direitos sociais desde o golpe de 2016.

O segundo enquadramento crítico de maior frequência (18,5%) evidenciou que não houve outras propostas de reforma previdenciária no debate público e que o próprio projeto que foi aprovado careceu também de maiores debates. Neste caso, nem todas as vozes se colocaram contrárias à necessidade de se fazer algum tipo de reforma e outras questionaram apenas partes da reforma proposta e o fato de que não puderam ter um debate justo.

Assim como no enquadramento sobre a perda de direitos, os enquadramentos que analisaram o projeto de Reforma da Previdência como um fruto da nossa estrutura social, política e econômica, também mantêm o padrão de argumentação encontrado para o mesmo enquadramento no contexto da Reforma Trabalhista, evidenciando assim as desigualdades de renda, raça e gênero vivenciados no país.

Os enquadramentos críticos à reforma previdenciária elaborados pelos economistas foram bastante minoritários, contando apenas com 5 enquadramentos (6,3% do total) e todos de economistas acadêmicos. Os advogados e juristas tiveram papel de destaque, sendo o tipo de voz com mais enquadramentos críticos (37,5% do total) e, em quase a sua totalidade (90,0%), enquadraram a reforma no sentido da perda de direitos e promoção de desigualdades e injustiças. Esse enquadramento foi majoritário também entre Outros Especialistas e Intelectuais, com 64,3% do total, e entre Sindicato, Movimentos Sociais e ONGs, com 55,0%. Os enquadramentos elaborados por outros tipos de vozes, incluindo os economistas, ficaram abaixo dos 10%.

Nas nuvens de palavras para os enquadramentos sobre a reforma da previdência (também considerando os cem vocábulos mais frequentes),

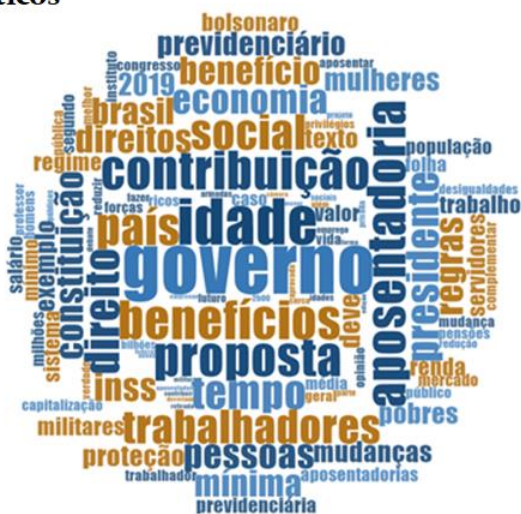
verifica-se que entre os favoráveis as palavras que se relacionam com argumentos econômicos tiveram bastante destaque, tais como “economia”, “mercado”, “crescimento”, “bilhões” e “fiscal”, condizente com os tipos de enquadramentos favoráveis mais frequentes. No caso dos enquadramentos críticos, a dispersão dos cem vocábulos foi maior e é mais difícil encontrar um padrão. No entanto, considerando que a perda de direitos e promoção de desigualdades sociais foi o enquadramento crítico mais frequente, é possível destacar palavras como “benefício”, “direitos”, “social”, “constituição” e “proteção”. E assim como no caso da Reforma Trabalhista, aqui os eixos nos quais as discussões circularam foram, de um lado, o mercado e, do outro, os direitos.

FIGURA 2 - NUVENS DE PALAVRAS QUE REPRESENTAM OS CEM VOCÁBULOS MAIS FREQUENTES ENTRE OS ENQUADRAMENTOS CRÍTICOS À REFORMA DA PREVIDÊNCIA NO ANO DE 2019

Favoráveis



Críticos



Fonte: elaboração própria.

5.2 Discussão

A grande quantidade de economistas entre as vozes analisadas condiz com o cenário internacional de predominância desses *experts* nos debates públicos nos mais diversos assuntos, em conformidade com o que abordaram estudiosos como Jens Maesse (2015) e Marion Fourcade et al., (2015). Também está em conformidade a hegemonia da ideologia neoliberal

entre a maioria desses *experts*, que pode ser evidenciada pelo fato de que a quase totalidade deste grupo foi favorável às reformas.

Apesar de ser majoritário no caso da Reforma da Previdência, a presença de economistas agentes de mercado também foi bastante significativa na Reforma Trabalhista. Isso demonstra a relevância do mercado de expertise econômica, apontado por Frédéric Lebaron (2012), cuja aproximação com o jornalismo econômico no caso brasileiro pode ser visualizado no trabalho de Undurraga e Pedroso Neto (2018).

Além disso, a presença diferenciada entre acadêmicos e agentes de mercado nas duas reformas também é reveladora dos tipos de capital simbólico que foram mais valorizados pelo jornal em cada uma (predominância de acadêmicos na reforma trabalhista e de agentes de mercado na reforma da previdência), abrindo terreno para aprofundar o estudo desses campos transepistêmicos (MAESSE 2015) nos contextos analisados.

A quantidade de enquadramentos favoráveis às reformas mostra também o papel desempenhado pelo jornal FSP como um veículo midiático atuante e com um posicionamento claro quanto à aprovação dessas reformas. Ainda que aleguem uma suposta neutralidade ou apartidarismo, o fato é que no contexto das reformas, os enquadramentos predominantes foram aqueles que eram favoráveis à aprovação, em consonância com o posicionamento de empresários e economistas consultados.

Assim, também é importante destacar que o alinhamento entre a quase totalidade dos economistas com os empresários e a predominância de enquadramentos favoráveis às reformas reforçam o argumento de Fonseca (2011) sobre a imprensa brasileira e sua atuação influenciando a formação de agendas e opinião pública, participando das disputas políticas e, enfim, atuando como aparelhos ideológicos, partidos políticos ou como intelectuais orgânicos de determinados interesses.

Entre as vozes e enquadramentos críticos às reformas deve ser dito que, além dos sindicatos, se destacou a presença de juristas e advogados, intelectuais e outros especialistas e que a presença dos economistas foi muito pequena, reforçando o argumento anterior.

Nota-se também que os tipos de enquadramentos críticos – com exceção daquele que argumentava falta de debates na Reforma da Previdência – tinham um cunho reativo, seja na defesa dos direitos dos trabalhadores e da atividade sindical, seja contextualizando as reformas na nossa estrutura social, política e econômica desigual e injusta e/ou na sua reprodução. Por outro lado, nos enquadramentos favoráveis observa-se uma agenda positiva, que visa o crescimento, desenvolvimento, melhora no ambiente de negócios e atração de investimentos.

Além disso, se considerarmos os principais tipos de enquadramentos favoráveis em ambas às reformas: Crise Fiscal; Expectativa do Mercado; Modernização do Ambiente de Negócios; e Crescimento e Desenvolvimento, eles possuem relações diretas entre si quando analisamos o que propõe, por exemplo, a ideia da austeridade fiscal expansionista, fundamental entre as propostas de política econômica neoliberal, na qual:

[...] diante de uma desaceleração econômica e de um aumento da dívida pública, o governo deve realizar um ajuste fiscal, preferencialmente com corte de gastos públicos em detrimento de aumento de impostos. Esse ajuste teria efeitos positivos sobre o crescimento econômico ao melhorar a confiança dos agentes na economia. Ou seja, ao mostrar responsabilidade em relação às contas públicas, o governo ganha credibilidade com os agentes econômicos e, diante da melhora nas expectativas, a economia passa por uma recuperação decorrente do aumento do investimento dos empresários, do consumo das famílias e da atração de capitais externos. A austeridade teria, portanto, a capacidade de reequilibrar a economia, reduzir a dívida pública e retomar o crescimento econômico (ROSSI et al., 2019, p. 4–5).

Nesse sentido, um rearranjo nos padrões institucionais de proteção social, na qual o Estado se desobriga a amparar os trabalhadores em casos de riscos sociais ligados ao desemprego, doença ou velhice, por exemplo, contribuiriam para sinalizar aos agentes do mercado que o Estado opera com responsabilidade fiscal, aumentando a confiança desses agentes na capacidade de gestão estatal. Ou seja, segundo essa visão, o desenraizamento (ou remercantilização) das relações de trabalho e da proteção social seria o pressuposto para o desenvolvimento econômico.

6. Considerações Finais

Pudemos observar que no contexto da Reforma Trabalhista aprovada em 2017 e da Reforma da Previdência aprovada em 2019, os especialistas e

membros de grupos de interesse que tiveram a oportunidade de vocalização por meio de entrevistas ou colunas de opinião dentro do jornal FSP foram, majoritariamente, favoráveis a ambas as reformas, ainda que com posicionamento mais equilibrado no caso da primeira e com diferenças entre cada tipo de voz.

Dentre os *experts*, os economistas foram as vozes com maior destaque e se posicionaram – de maneira alinhada aos empresários e associações empresariais – em sua quase totalidade favoráveis às reformas, mostrando coesão e trazendo mais uma evidência de que o neoliberalismo enquanto ideologia é hegemônico dentro desse grupo. Entre as outras vozes que podemos considerar como *experts*, os profissionais do direito ficaram mais divididos e as vozes presentes na categoria Outros Especialistas e Intelectuais se posicionaram majoritariamente de maneira crítica às reformas, tal como as vozes ligadas aos sindicatos, movimentos sociais e ONGs.

Ainda que as páginas do jornal FSP não demonstrem, existem especialistas que se posicionaram contrariamente a essas reformas, mas que não tiveram oportunidades de vocalização. Esse fato revela que, tão importante quanto as vozes e os enquadramentos que apareceram no jornal, é importante considerar quais vozes e enquadramentos estiveram ausentes.

Referências Bibliográficas:

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BASU, L. Living within our means: The UK news construction of the austerity frame over time. **Journalism**, v. 20, n. 2, p. 313–330, 1 fev. 2019.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo, SP: Todavia, 2018.

CHAKRAVARTTY, P.; SCHILLER, D. Neoliberal Newspeak and Digital Capitalism in Crisis. p. 23, 2010.

CROUCH, C. **The Strange Non-Death of Neoliberalism**. Illustrated edição ed. Cambridge: Polity Press, 2011.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1ª edição ed. [s.l.] Boitempo, 2016.

DE SOUZA, T. S. M.; PEDROSO NETO, A. J. O Jornalismo Econômico e as Vozes que falaram nos Jornais nos anos de debate das Reformas da Previdência. **Revista Observatório**, v. 5, n. 6, p. 634–667, 1 out. 2019.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 24, p. 85–116, set. 1991.

FISHER, M. **Realismo Capitalista: É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** 1ª edição ed. [s.l.] Autonomia Literária, 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Folha é o jornal mais nacional do país e o de maior audiência e circulação. 27 mar. 2021.

FONSECA, F. **O Consenso Forjado**. A Grande Imprensa e a Formação da Agenda Ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 41–69, dez. 2011.

FOURCADE, M.; OLLION, E.; ALGAN, Y. The Superiority of Economists. **Journal of Economic Perspectives**, v. 29, n. 1, p. 89–114, fev. 2015.

FOURCADE-GOURINCHAS, M.; BABB, S. L. The Rebirth of the Liberal Creed: Paths to Neoliberalism in Four Countries. **American Journal of Sociology**, v. 108, n. 3, p. 533–579, 2002.

GALVÃO, A.; TEIXEIRA, M. O. Flexibilização na lei e na prática: o impacto da reforma trabalhista sobre o movimento sindical. In: **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018. p. 155–182.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Cadernos do Cárcere Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia**. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUILBERT, T. **As Evidências do Discurso Neoliberal na Mídia**. 1ª edição ed. [s.l.] Editora da Unicamp, 2020.

HAAS, P. M. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. **International Organization**, v. 46, n. 1, p. 1–35, 1992.

HARJUNIEMI, T. Reason Over Politics. **Journalism Studies**, v. 20, n. 6, p. 804–822, 26 abr. 2019a.

Mídia, experts e neoliberalismo: economistas e outras vozes no Jornal Folha de São Paulo | Diego José Nogueira Fraga

_____. The Economist's depoliticisation of European austerity and the constitution of a 'euphemised' neoliberal discourse. **Critical Discourse Studies**, v. 0, n. 0, p. 1–16, 29 jul. 2019b.

HEREDIA, M. **Cuando los economistas alcanzaron el poder**: o cómo se gestó la confianza en los expertos. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

JACCOUD, L.; BICHR, R.; MESQUITA, A. C. Social Assistance in the Brazilian Social Protection System: Recent Transformations and Perspectives. **Novos estudos CEBRAP**, v. 36, n. 2, p. 37–53, out. 2017.

KLÜGER, E. **Meritocracia de laços**: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil. text—[s.l.] Universidade de São Paulo, 27 set. 2016.

LAVINAS, L.; CORDILHA, A. C. Reforma da Previdência: Qualificando o debate brasileiro à luz de experiências internacionais. **Revista NECAT - Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 8, n. 15, p. 35–43, 30 jun. 2019.

LAVINAS, L.; GENTIL, D. Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 37, n. 1, p. 191–211, ago. 2018.

LEBARON, F. A formação dos economistas e a ordem simbólica mercantil. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 4, n. 2, 2012.

LENE, H. **Jornalismo de economia no Brasil**. Cruz das Almas-Bahia: Editora UFRB, 2013.

LOUREIRO, M. R. Economistas e Elites Dirigentes no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 20, p. 47–65, 1992.

_____. A participação dos economistas no Governo. **Análise – Revista de Administração da PUCRS**, v. 17, n. 2, 2006.

MADARIAGA, A. The three pillars of neoliberalism: Chile's economic policy trajectory in comparative perspective. **Contemporary Politics**, v. 26, n. 3, p. 308–329, 26 maio 2020.

MAESSE, J. Economic experts: a discursive political economy of economics. **Journal of Multicultural Discourses**, v. 10, n. 3, p. 279–305, 2 set. 2015.

MARINONI, B. Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio o da democratização da mídia no Brasil. **Revista Análise, Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)**, v. 13, p. 1–27, 2015.

MELO, J. M. D. **A Opinião No Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTEIRO, C.; LIMA, R. Embeddedness and disembeddedness in economic sociology in three time periods. **Sociologia & Antropologia**, v. 11, n. 1, p. 43–67, abr. 2021.

NEIBURG, F. Economistas e culturas econômicas no Brasil e na Argentina: notas para uma comparação a propósito das heterodoxias. **Tempo Social**, v. 16, p. 177–202, nov. 2004.

NETO, A. J. P. O espaço dos jornalistas da economia brasileiros: gerações, origem social e dinâmica profissional. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 12, n. 23, p. 133–152, 30 jun. 2015.

NETO, A. J. P.; UNDURRAGA, T. The Elective Affinity Between Elite Journalists and Mainstream Economists in Brazil. **Journalism Studies**, v. 19, n. 15, p. 2243–2263, 18 nov. 2018.

NORONHA, J. C. DE et al. Notas sobre o futuro do SUS: breve exame de caminhos e descaminhos trilhados em um horizonte de incertezas e desalentos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 2051–2059, jun. 2018.

PECK, J. Explaining (with) Neoliberalism. **Territory, Politics, Governance**, v. 1, n. 2, p. 132–157, nov. 2013.

PEDROSO NETO, A. J.; ROCHA DO NASCIMENTO, R. **Fontes e vozes no jornalismo econômico**. Palmas, TO: EDUFT, 2020.

PHELAN, S. The Discourses of Neoliberal Hegemony: The Case of the Irish Republic. **Critical Discourse Studies**, v. 4, n. 1, p. 29–48, 1 abr. 2007.

POLANYI, K. **A grande transformação: As origens políticas e econômicas de nossa época**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2021.

PORTO, M. P. Enquadramento da Mídia e Política. In: **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2004. p. 73–104.

PULITI, P. **O Juro da Notícia: Jornalismo Econômico Pautado Pelo Capital Financeiro**. 1ª edição ed. [s.l.] Insular, 2013.

RIBEIRO, A. O. Ideias econômicas e economistas no Brasil: notas para o entendimento de um regime de conhecimento anti-austeridade. **Em Tese**, v. 15, n. 1, p. 103–128, 12 jun. 2018.

RODRIGUES, P. H. DE A.; SANTOS, I. S. Os novos riscos sociais não são só europeus, também chegaram ao Brasil e exigem respostas das nossas políticas sociais. In: **Políticas e riscos sociais no Brasil e na Europa: convergências e divergências**. Rio de Janeiro: São Paulo: Hucitec, 2017. p. 111–141.

ROSSI, P. et al. (EDS.). AUSTERIDADE FISCAL E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL. **Educação & Sociedade**, v. 40, 9 dez. 2019.

Mídia, experts e neoliberalismo: economistas e outras vozes no Jornal Folha de São Paulo | Diego José Nogueira Fraga

SAAD-FILHO, A.; MORAIS, L. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. 1ª edição ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

SCHMIDT, V. A.; THATCHER, M. (EDS.). **Resilient liberalism in Europe's political economy**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2013.

SHOEMAKER, P. J.; VOS, T. P.; REESE, S. D. Journalists as Gatekeepers. In: **The handbook of journalism studies**. New York, NY: Routledge, 2009. p. 73–87.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. 3ª edição ed. [s.l.] Insular, 2012.

UNDURRAGA, T. Making News, Making the Economy: Technological Changes and Financial Pressures in Brazil. **Cultural Sociology**, v. 11, n. 1, p. 77–96, 1 mar. 2017.

_____. Knowledge-production in journalism: Translation, mediation and authorship in Brazil. **The Sociological Review**, v. 66, n. 1, p. 58–74, 1 jan. 2018.

ZIZEK, S. **Um Mapa da Ideologia**. 1ª edição ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

ANEXO I – VOZES IDENTIFICADAS NA PESQUISA CLASSIFICADAS DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELO PRÓPRIO JORNAL FSP

Reforma Trabalhista (2017)	
Economistas agentes do mercado financeiro	Alberto Camões, Alberto Ramos, Deutsche Bank, Gustavo Salgado, James Gulbrandsen, José Ricardo Alves, Lisa Schineller, Mário Mesquita, Patrice Etlin, Solange Srouf
Economistas acad e Ins Pesq	Alexandre Schwartzman, André Portela, Antônio Delfim Neto, Eduarda La Rocque, Eduardo Zylberstajn, Hélio Zylberstajn, Joel Pinheiro da Fonseca, José Dari Krein, José Márcio Camargo, Laura Carvalho, Marcos de Barros Lisboa, Naercio Menezes Filho, Nelson Barbosa, Patrícia Pelatieri, Pedro Fernando Nery, Rodrigo Zeidan, Samuel Pessôa, Sérgio Almeida, Sergio Firpo
Empresários e Associações Empresariais	Alexandre Furlan, Carlos Augusto Pinto, Clésio Andrade, Edmundo Lima, Fábio Pina, Flavio Rocha, Ivo Dall'Acqua Jr, João Carlos Marchesan, João Miranda, José Carlos Martins, José Pastore, Nelson Mussolini, Richard Mayfield, Roberto Setúbal, Valquíria Furlani
Jornalistas (colunistas)	Bernardo Mello Franco, Elio Gaspari, Jânio de Freitas, Vinicius Torres Freire
Juristas e advogados	Alexandre de Almeida Cardoso, Almir Pazzianotto, Antônio Carlos Frugis, Benjamin Ribeiro da Silva, Carla Romar, Carlos Forbes, Cássia Pizzoti, Cleber Venditti, Cristiane Lopes, Dario Rabay, Estevão Mallet, Fernando Azar, Flavio Pires, Gláucia Lauletta, Guilherme Feliciano, Iraci Borges, Isabel Bueno, Ives Gandra da Silva Martins Filho, Joaquim Muniz, José Carlos Wahle, Letícia Ribeiro, Luiz Migliora, Maurício Guidi, Oscar Vilhena Vieira, Otavio Pinto e Silva, Patricia Pinheiro, Suzana Cremasco, Thiago Teno, Wilson Fernandes
Outros	Bernard Appy, Fórum Econômico Mundial, John Gontijo, Dom Odilo Pedro Scherer, Sólón de Almeida Cunha
Outros especialistas e intelectuais	André Gambier Campos, André Singer, Angela Alonso, Celso Rocha de Barros, Clemente Ganz Lúcio, Demétrio Magnoli, Hélio Schwartzman, Vladimir Safatle
Sindicatos, Movimentos Sociais e ONGs	Aroaldo Oliveira da Silva, Douglas Izzo, Francisco Rodrigues Sobrinho, Guilherme Boulos, Ivone Silva, João Carlos Gonçalves (Juruna), João Guilherme Vargas Netto, Leonardo Sakamoto, Luiz Carlos da Silva Dias, Mauro Cava de Britto, Miguel Torres, Quintino Severo, Rafael Marques, Raimundo Bonfim, Ricardo Patah, Sérgio Nobre, Vagner Freitas
Reforma da Previdência (2019)	
Economistas agentes do mercado	Adauto Lima, Akbar Causer, Alberto Ramos, Aldo Muniz, Alexandre Guião, Alexandre Schwartzman, Alvaro Bandeira, Ana Botín, Ana Carla Abrão, Ana Paula Vescovi, Armínio Fraga, Banco Itaú, Banco UBS, Bruno Capusso, Candido Bracher, Carlos Kawall, Christopher Garman, Claudio Irigoyen, Cosmo Donato, Eduardo Velho, Evandro Buccini, Fabio Giambiagi, Fábio Klein, Fernando Rocha, George Wachsmann, Hélio Zylberstajn, Ilya Gofsheteyn, João Roberto Mendonça de Barros, José Francisco de Lima Gonçalves, José Carlos Faria, Lisa Schineller, Livia Honsel, Lucas Lima, Luka Barbosa, Marcello Estevão, Marcelo Frateschi, Marcelo Gazzano, Mário Mesquita, Mauricio Molon, Moody's, Octavio de Lazari, Pedro Coelho Afonso, Pedro Schneider, Rafael Cortez, Ricardo Lacerda, Ricardo Peretti, Samar Maziad, Sara Delfim, Sérgio Denicoli, Sérgio Rial, Sergio Vale, Solange Srouf, Thais Zara, Thiago de Aragão, Thiago Montemezzo, Thiago Salomão, Thomaz Fortes, Vicente Matheus Zuffo, Victor Candido, XP investimentos, Zeina Latif
Economistas acadêmicos e Ins. Pesq.	Afonso Celso Pastore, Josué Pellegrini, Michael Viriato, Alexandre Cunha, Juliana Inhasz, Mônica de Bolle, Antonio Delfim Netto, Lena Lavinias, Nelson Marconi, Carlos Góes, Luiz Guilherme Piva, Paulo Feldmann, Carlos Langoni, Marcel Balassiano, Paulo Tafner, Felipe Salto, Marcelle Chauvet, Pedro Nery, Giacomo Diniz, Marcelo Kfoury, Samuel Pessôa, IFI (Inst. Fiscal Ind.), Marcos Lisboa, Sérgio Firpo, João Marcos Borges, Marcos Mendes, Vilma da Conceição Pinto, Wellington Leonardo da Silva
Empresários e Associações Empresariais	Abram Szajman, Antônio Megale, CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), CNI (Confederação Nacional da Indústria), Domenico Rossini, Eduardo Eugenio, Gouvêa Vieira, Fernando Pimentel, Gilberto Duarte de Abreu Filho, Jonas Lindström, José Adauto, José Jorge do Nascimento Junior, José Luiz Gandini, José Ricardo Roriz Coelho, José Velloso, Luciano Hang, Luiz Carlos Moraes, Marco Polo de Mello Lopes, Martin Duisberg, Morris Litvak, Paulo Skaf, Pedro Luiz Passos, Philipp Schiemer, Robson Braga de Andrade, Sarina Manata, Sergio Bocayuva, Silvia Barbara, Thierry Fournier, Yussif Ali Mere Jr.
Jornalistas (colunistas)	Ana Estela de Souza Pinto, Bruno Boghossian, Fernando Canzian, Julianna Sofia, Ricardo Kotscho, Vinicius Torres Freire
Juristas e advogados	Adriane Bramante, Caio Taniguchi, Cintia Barudi Lopes, Cristiano Paixão, Diego Cherulli, Érica Barcha Correia, Fábio Zambitte Ibrahim, Gláucia Costa, Ivandique Rodrigues, Ivani Contini Bramante, Ives Gandra da Silva Martins Filho, João Badari, Jorge Pinheiro Castelo, Leandro Madureira, Luciana Dias Prado, Luiz Guilherme Migliora, Marcelo Martins, Marcus Orione, Maurício Tanabe, Otávio Pinto e Silva, Roberto Dias, Roberto Luis Troster, Roberto Soderó Vitório, Rômulo Saraiva, Sólón Cunha, Thiago Barison, Vólia Bomfim
Outros	Heliomar Santos, Victor Queiroz
Outros Especialistas e Intelectuais	Ana Amélia Camarano, Bob Vieira da Costa, Carlos Ari Sundfeld, Carlos Doellinger, Celso Rocha de Barros, Cláudio Hamilton dos Santos, Clemente Ganz Lúcio, Daniela Barchi, Djamilia Ribeiro, Francisco Olivieri, Joaquim Miguel Couto, Jorge Boucinhas, José Pastore, Luís Eduardo Afonso, Maria Alice Setubal, Maria Andreia Lameiras, Maria Elisa Moreira, Nelson Barbosa, Newton Conde, Pablo Ortellado, Renato Follador, Ricardo Basaglia, Ricardo Costa, Roberto de Carvalho Santos
Sindicatos, Movimentos Sociais e ONGs	Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), Ângela Luna, Antonio Augusto de Queiroz, Antonio de Souza Ramalho, Atnágoras Lopes, Charles Alcântara, Guilherme Boulos, João Carlos Gonçalves (Juruna), José Ronaldo da Silva, Mauro Silva, Miguel Torres, Oded Grajew, Ricardo Patah, Tonia Galletti, Vagner Freitas, Wagner Santana